

POR FALAR EM BARBÁRIE: ENSAIOS SOBRE O BOLSONARISMO, A CRISE ESTRUTURAL NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA E A PANDEMIA DA COVID-19

Marcos Vinícius Santos Silva¹

Resumo: Considerados os investimentos do Movimento da Reforma Sanitária, na efetivação do Estado democrático de direito e suas reverberações à política de Saúde, principalmente com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o contexto em evidência, acrescido das tenuidades da pandemia da Covid-19, retrata elementos que coligem numa crise sanitária, de proporções estruturais, por vias de uma gestão inefetiva e direcionada em/por movimentos hegemônicos, sumariamente, contrários aos princípios, basilares e constitucionais, da universalidade e integralidade. Isso posto, se observadas as disposições da Saúde, pós constituinte, como política de Seguridade Social, vale-se afirmar que, o seu acesso é um direito. No entanto, quando elencadas as implicações, cotidianizadas pelos direcionamentos intergovernamentais, do contexto em evidência, indica-se afirmar que essa crise estrutural, nesse campo, é estrategicamente delineada. Isso posto, esta exposição busca evidenciar as disposições do governo bolsonarista e suas implicações à saúde pública brasileira, no contexto da pandemia da Covid-19. Para tanto, utilizou-se das diretrizes da revisão integrativa, mediante levantamento de materiais bibliográficos em bases de processamento de dados.

Palavras-Chave: Saúde Pública. Bolsonarismo. Crise estrutural. Direito. Covid-19.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Pesquisador na linha 1, Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida, orientando do Prof. Dr. Arivaldo de Lima Alves. Endereço eletrônico: vinciussilva.as@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As implicações da pandemia da Covid-19 ultrapassaram o campo das políticas e intervenções da Saúde, em virtude dos seus desdobramentos, coligindo numa crise, além de sanitária, política, social, econômica e ética, de proporções estruturais, como parte integrante da totalidade da crise capitalista (CARNUT; MENDES; GUERRA, 2020).

Se observarmos, a partir dos estatutos que substanciam os atributos da Epidemiologia, desde o entendimento efetivo sobre uma manifestação patológica (como a que se destaca na exposição), até o fomento de protocolos e terapêuticas concretas ao seu solucionamento, podemos, com isso, elucidar que, no Brasil, o cenário pandêmico alargou tenuidades e deu notoriedade a debates complexos, especificamente, sobre as “mediações” governamentais ao seu enfrentamento, o protagonismo da Ciência e os alardeios da desigualdade social, em escalas desproporcionais.

Por ventura, apresentamos ao debate, uma manifestação virótica, de dimensão intercontinental e de repercussões em nível global, o que lhe faculta o conceito de pandemia, caracterizada como um dos maiores problemas do século XXI (BRITO *et al.*, 2020), quer seja pelo agravamento dos índices de morbidade e mortalidade, ou pela insuficiência de recursos terapêuticos profícuos, no período inicial de sua infestação.

Nos limiares da saúde pública brasileira, houve um acirramento dessas gravidades, decorrente da extensão territorial do país, da precariedade no acesso a algumas regiões e localidades (em especial, comunidades ribeirinhas e rurais) — o que nos permite apontar considerável discrepância com o princípio constitucional da universalidade, destacado, na Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990), como alternativa de

erradicação às disparidades historicamente presentes, até o final da década de 80, e que implicavam no acesso da população ruralista (em especial) aos serviços e ações de saúde.

De igual modo, acrescentam-se, também, as alternativas ambivalentes, tensionadas pelo Ministério da Saúde, na proposição de uma agenda de intervenções, imbuídas de ideologias, antagônicas ao bem-estar coletivo, deslocadas e contrárias às disposições de instituições de relevância internacional, particularmente, a Organização Mundial da Saúde — OMS (2020) e a Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS (2020), que propunham um pacote e ordenamento de medidas efetivas ao enfretamento e à redução dos danos da Covid-19.

Vale-se, ainda, pontuar que a Covid-19 determina-se, primordialmente, de características de ordem sanitária, haja vista que é uma infecção aguda do trato respiratório, causada pelo betacoronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global, com manifestações clínicas variantes, que trouxe como consequência majoritária, dificuldade na definição de um protocolo terapêutico (BRASIL, 2021); como também, de ordem sociológica, decorrente dos enredamentos no campo social, mediante instauração de um novo formato de sociabilidade, acirrado pelas normas de isolamento e/ou distanciamento social, fomentando, portanto, uma nova conjuntura relacional, através das interações digitais, no estabelecimento de um campo dialógico no contexto web, no aumento do uso de mídias sociais.

No mesmo plano, outros sentidos foram postos em cena, que juntos culminaram na consagração de uma crise sociopolítica importante, agudizada pelo acirramento das expressões da questão social, cotidianizadas pela desigualdade, desemprego, hipossuficiência econômica, das condições de vulnerabilidade, além das medidas de desproteção, chanceladas pelo Estado. Tais

perspectivas, apontam, inclusive, ao caráter sindêmico da Covid-19, oriundo do intercruzamento dos vetores relativos às dimensões epidemiológica e social (BISPO JUNIOR; SANTOS, 2021).

Numa perspectiva paradoxal, outros movimentos insurgentes pompearam narrativas e ações propositivas às alternâncias da Reforma Sanitária Brasileira — RSB, cunhada no período ditatorial — na época, como resposta à crise de saúde (PAIM; ALMEIDA-FILHO, 2014); hoje, como movimento social, na primazia de uma reforma totalitária, na busca de alargar a dimensão democrática da política de Saúde, através da efetivação do Sistema Único de Saúde — SUS, e estabelecer uma agenda de intervenções e um pacote de serviços e programas, atinentes às necessidades sociais e de saúde, da população brasileira, com repercussões que pormenorizam alternativas de combate às forças do bolsonarismo e sua conseqüente necropolítica, discurso e investimentos negacionistas, com assolações nefastas no universo da saúde pública brasileira.

Esse conjunto dissidente de elementos realça sobre uma guerra cultural em cena, esboçada na definição de campos polarizados, reforçada pelo enaltecimento de uma retórica do ódio, que intercruza sentidos correspondentes a processos de inversão para toda ordem democrática de direito; que, não obstante, agenciam interposições de manutenção às hegemonias. Nesse âmbito, como estratégia de contextualização, utilizamos e propomos movimentos analógicos sobre a obra “Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós moderno” (ROCHA, 2021), para impelir perspectivas críticas sobre a guerra cultural bolsonarista e seus ditames, precipuamente na análise sobre seu sistema de crenças e valores, seu sentido bélico e repressor. Logo, esse ensaio busca evidenciar as disposições do governo

bolsonarista e suas implicações à saúde pública brasileira, no contexto da pandemia da Covid-19.

PERCURSO METODOLÓGICO

À apreensão dos fatores e elementos, oriundos do cotidiano da vida social, requisita-se de mecanismos e estratégias, dialeticamente, constituídos, em decorrência da dinamicidade aplicada. Isso posto, utilizou-se dos meios de pesquisa, sob abordagem qualitativa, uma vez que interpelam-se, no cotidiano da investigação, com investimentos atinentes à dinâmica social. De sobremaneira, a dimensão qualitativa, oportuniza a imersão no campo das significações, apreensões, crenças e valores. Portanto, “um universo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 67).

Igualmente, utilizou-se dos recursos metodológicos da revisão integrativa. Para tanto, seguiu-se todas as descrições apontadas no ciclo da revisão: 1. Constituição da problemática motivadora e intento primaz da pesquisa; 2. Identificação dos critérios seletivos do material bibliográfico, como se caracteriza nessa exposição; 3. Organização das bases de levantamento; 4. Análise e interpretação; e, 5. Construção do produto final (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Assim sendo, os dados bibliográficos foram coletados nas bases de processamento, LILACS e PUBMED, com a utilização dos descritores, Saúde Pública, Bolsonaro e Covid-19, e do critério seletivo primordial: produções com aderência ao objetivo em análise. Também, foi feito um levantamento sobre outras fontes bibliográficas, das quais se destaca a produção “Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós moderno” (ROCHA, 2021), no sentido de propor inferências analíticas com os outros

materiais processados e contemplar o objetivo em evidência. Após o refinamento desse material, foram elencados dois núcleos de significação: A Saúde Pública Brasileira, o contexto pandêmico e o debate ressurgente do SUS e As encruzilhadas do bolsonarismo — a guerra cultural e a barbárie na Saúde Pública: um peso, dois encadeamentos, que serão debatidos nas seções subsequentes.

A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA, O CONTEXTO PANDÊMICO E O DEBATE RESSURGENTE DO SUS

Quando levantados os fatos historicizados no curso da Saúde Pública brasileira, observamos um conjunto de elementos que reforçam o caráter, outrora e atualmente, dissidente das Políticas de Estado. Isso, portanto, favorece à concepção de narrativas, também, contrapostas, que, por vezes, maximizam a relevância de tais dispositivos; por outras, traduzem, à luz dos retrocessos e outros problemas, identificados no curso usual dessas políticas, enunciações enxertadas de certo negacionismo, reproduzindo uma retórica denegativa, como no caso das políticas de saúde, com destaque o SUS.

Para um aprofundamento sobre essas disposições, é válido, previamente, apontar alguns eixos epistemológicos que legitimam os múltiplos sentidos interpostos às políticas de saúde. A compreensão mais sublimar, para tanto, a traduz como uma política social e, assim sendo, é direcionada à reprodução dos sujeitos e coletividades. De igual modo, como consequência, lhe é atribuído o entendimento como um direito inerente à própria condição de cidadania (FLEURY; OUVÉNEY, 2012).

Nesse sentido, o cenário da pandemia da Covid-19, no contexto brasileiro, desde o início do ano de 2020, trouxe à tona uma série de fatos elementares, que, conjuntamente possibilitaram o fomento de assertivas sobre o protagonismo do

SUS, em especial após o estabelecimento dos protocolos de imunização, mediante a criação das vacinas; e, fermentaram valises analíticas à constituição de pensamentos críticos e outras formas de militância, no enfrentamento às estratégias neofascistas e seus impactos no universo da política de saúde. Sobre esses aspectos, Santos (2020) os conceitua como uma “nova ‘pedagogia cívica’”, no enaltecimento sobre a centralidade e o protagonismo do SUS, na contraposição à atual crise pandêmica.

Ainda no campo de ambivalências e dubiedades, observou-se/observa-se dois projetos em disputa, o da Reforma Sanitária, tendo como base o Estado democrático de direito, a ampliação das conquistas sociais e a democratização do acesso; e, o privatista, mediante assentamento dos axiomas ultraliberais, sob conjugação de um Estado mínimo, na dicotomia entre universalização e focalização.

De igual modo, apesar dessa polarização notória e do estabelecimento de paradoxos conjunturais — em um eixo, militantes em prol dos ideais sanitários e de uma democratização do acesso às terapêuticas; em outro, parte da população agenciada por discursos vigentes, cunhados por um pseudocientificismo, que, na realidade, traduzia-se em um negacionismo estrutural, através de um apedeutismo censurável — pode-se afirmar sobre a insurgência de uma nova ordem sanitária, que ratifica as diretrizes da RSB e que aguça os sentidos e ideações sobre o SUS, como política pública, universal, por vias de uma assistência integral e equânime, com a participação da sociedade organizada nos processos decisórios, através do controle social. Contudo, o contexto pandêmico, do mesmo modo, acirrou o debate sobre os desafios à consolidação da política pública de saúde, resgatando os aspectos socializantes do SUS.

Igualmente, quando levadas em consideração as consequências pandêmicas, o quadro acentua-se, já que o autoritarismo neoliberal e a negação da ciência, como pilares da “agenda” política da governança (sem governo) bolsonarista, mergulhou, o Brasil, em uma catástrofe (ORTEGA; ORSINI, 2020). Nesse campo de análise, é válido trazer que, qualquer estratégia de governo é o produto da situação, concebida através das formas relacionais entre os atores, e do compromisso do dirigente, mas é sobretudo resultado da capacidade do governo, de dar direção (MATUS, 1997). Logo, qualquer diretriz interpretativa sobre a forma do (des)governo bolsonarista deve, como afirmam Ortega e Orsini (2020, p. 3), ajuizar “[...] sua espantosa falta de consideração pela saúde pública e, além disso, pelas tentativas concertadas do presidente brasileiro de minar as diretrizes de saúde pública emitidas nos níveis estadual e municipal, bem como por líderes globais de saúde”.

Além disso, o (des)governo bolsonarista engendra-se de um *modus operandi* que contraria algumas perspectivas teóricas e metodológicas, no que concerne à aplicabilidade da política de saúde, através dos seus serviços, programas e ações específicas, em atenção às necessidades, elencadas no cotidiano da vida social. Ou seja, qualquer intervenção deve advir de uma análise sobre a real situação de saúde, atendendo a explicação do (s) problema (s) elencado (s), levando em consideração os determinantes que impactam nesse campo, e no, posterior, levantamento das oportunidades e estratégias de intervenção (PAIM; ALMEIDA-FILHO, 2014).

Sumariamente, como os autores elucidam, essa análise situacional, como ferramenta relevante à efetividade das ações, serviços e programas, deve pautar-se em observância às três dimensões sobre a realidade da intervenção: os problemas, as necessidades e os determinantes. Sendo assim, se considerarmos

os ruídos e ausência de diplomacia entre o presidente em exercício e grande parte dos governadores e prefeitos, que divergiram e, contrariamente, não pouparam esforços para superar as iniquidades agenciadas pelo governo federal; se, também, observarmos o colapso no SUS, em decorrência da tardia definição de protocolos e medidas de contenção ao avanço das contaminações; se contabilizarmos as valises da austeridade fiscal no “combate” à pandemia, além da ausência de leitos de UTI e dos insumos básicos para o cuidado — à exemplo, podemos citar a crise no fornecimento de oxigênio, no estado do Amazonas; corroboramos, com veemência, com as disposições de Santos (2020, p. 4), quando aponta que “no desencontro entre o direito à vida e as diretrizes neoliberais, o presidente Jair Bolsonaro vem deixando clara a possibilidade de rompimento definitivo da convalescente democracia brasileira. [...] deixando transparente sua incapacidade de planejar respostas públicas às demandas coletivas da conjuntura”.

Ou seja, o bolsonarismo mergulha o país, em meio a essa realidade pandêmica, numa crise de múltiplas facetas, que se coloca, majoritariamente, no campo sanitário — em decorrência dos agravantes epidemiológicos —, e de implicações consideráveis na dimensão humanitária. Além disso, contrafaticamente, o debate insurgente sobre o SUS das fragilidades, mas que mostra-se protagonista, coloca-nos numa arena de discussões e nos convida à militância, na proposição de uma nova ordem sanitária, em favor da democracia e do direito fundamental à vida, quer seja por uma saúde pública, universal e de qualidade, ou por qualquer outra forma e consolidação de direito.

AS ENCRUZILHADAS DO BOLSONARISMO — A GUERRA CULTURAL E A BARBÁRIE NA SAÚDE PÚBLICA: UM PESO, DOIS ENCADEAMENTOS

Ao longo dessa exposição, temos apresentado algumas inflexões sobre o bolsonarismo, principalmente no tocante à saúde pública brasileira. Sendo assim, apontar as investidas desse (des)governo às políticas públicas e sociais, com ênfase a saúde, exige-nos um esforço crítico e analítico, no sentido de ultrapassar os ditames e as valises sobre esses mecanismos de proteção social, para que, assim, identifiquemos as forças e cinesias, em um plano de totalidade e transcendência, que, tangentemente, implicam no seguimento de qualquer projeto, que vise assegurar alguma forma de bem-estar e/ou a concretização de uma ordem democrática de direitos.

Afirmar que o bolsonarismo, tensionado no (des)governo de Bolsonaro, expropria direitos, mediante seu autoritarismo exacerbado e subversão à constitucionalidade, é insuficiente. É necessário que entendamos o bolsonarismo como um movimento, e, que assim, o despersionalizemos, já que antecedeu e ultrapassará o (des)governo desastroso e nefasto de Jair Messias Bolsonaro. É, por ventura, um conjunto de ideias e padrões de comportamento, dentro de uma “lógica” (sem lógica) (ROCHA, 2021). O autor acrescenta que,

E se o bolsonarismo não somente existir como também tiver articulado uma **visão de um mundo bélica**, expressa numa **linguagem específica a retórica do ódio**, e codificada numa visão de mundo coesa, composta por labirínticas **teorias conspiratórias**, e que advoga a eliminação de tudo que não seja espelho? Esses elementos forjaram um poderoso **sistema de crenças** (p. 344) **Grifos nossos**

É bem verdade, também, que, na ditadura de Jair Messias Bolsonaro, o movimento logrou proporções conjunturais, em especial pela robustez dos elementos destacados na citação

acima, culminando, portanto, numa guerra cultural, de propriedades particulares e de desdobramentos e severidades, em longa escala, incontornáveis. Nesse âmbito, afirma-se, a priori, que a guerra cultural, na/da lógica bolsonarista atual, tem características bem mais repulsivas e danosas, pois é enxertada de um conservadorismo excludente e instrumentalizada por um fundamentalismo evangélico, sob uma égide, na qual “religião e política estariam ligados por uma espécie de ‘teologia do poder autoritário’” (PY, 2020, p. 9).

À vista disso, a era Bolsonaro é palco da conflagração de uma guerra cultural e da retórica do ódio, balizadas a partir de um legalismo ditatorial, que normaliza e é condescendente às formas de uma violência estatal; de um conjunto de crenças e dogmas, sem um compromisso factual, mas à chancela de sua coerência endógena, no reforço a um complexo de dispositivos intelectualmente organizados, alinhados dentro de uma “racionalidade” relacional, que resiste às contestações externas (ROCHA, 2021). Legitima-se, sob respaldo do sistema de crenças de Olavo de Carvalho, figura emblemática à cultura bolsonarista, nas teorias da conspiração, na primazia de aniquilar, simbolicamente, qualquer estrutura, sujeito ou realidade que se coloque em rota de colisão ou divergência.

Essa guerra cultura e essa retórica do ódio são, ainda, estratégias de mobilização das massas, cunhadas de narrativas e linguagem singular, carregada de dramaticidade e clichês anticomunistas, planeando uma perseguição ao chamado marxismo cultural. Sobre esses parâmetros de mobilização, parafraseamos o geógrafo Milton Santos (2000), quando, a partir de sua autonomia e eloquência intelectual, em analogia à disposição da globalização capitalista, propõe uma crítica aos modelos hegemônicos, que impõem e condicionam os sujeitos à posição de papagaios e macacos, ou seja, respectivamente, figuras

que reproduzem discursos vigentes e que tencionam movimentos pré-estabelecidos. Assim, podemos citar, as funções vetoriais dessa guerra cultural bolsonarista, que condiciona seu tecido de apoiadores a reproduzir discursos sem a mínima conexão ou plausibilidade, e a exercer comportamentos irracionais e questionáveis; coligindo, portanto, numa dissonância cognitiva, em virtude de manifestações paranoides, deslocadas de uma condição congruente.

Todas essas características, juntas, colidiram consequências incontornáveis à saúde pública brasileira, nesse período pandêmico, em especial pela condição de luto, assolada por mais de 500 mil famílias. Se por um lado, a retórica do ódio, extensiva ao bolsonarismo, tensiona-se a partir do insulto, como argumento de autoridade (ROCHA, 2020); por outro, também, evoca uma narrativa que descaracteriza os padrões e os princípios da Ciência, com destaque o rigor e a responsabilidade, resultando, portanto, no refreamento das medidas e ações de combate à pandemia, quando necessárias, tendo em vista um discurso negacionista, por vias dessa negação da verdade factual, que culminou na assustadora taxa de mortalidade por Covid-19, no Brasil.

Similarmente, a guerra cultural bolsonarista, além de polarizar e estratificar segmentos, sob os enxertos da retórica do ódio, desse negacionismo à Ciência, já mencionado, inseriu o país, sob entendimento das suas sentenças, num colapso e barbárie sanitária, coligindo nessa crise, ainda cotidiana, em virtude, essencialmente, da militarização das condutas e do discurso político, inoculado num projeto revanchista, baseado num processo revisionista; ou melhor, de um projeto de democracia na aparência e autoritarismo na prática.

Se considerarmos que: 1 — o Brasil já ocupou o ranking das mortes por Covid-19, no mundo, ainda que consideradas as características loco-espaciais e a densidade demográfica

(BOSCHIERO *et al.*, 2021); 2 — a inquestionável incompetência, a negligência e falta de responsabilidade de parte do desgoverno federal na gestão da pandemia, em decorrência da morosidade na definição de uma pragmática de imunização efetiva, ou o estabelecimento de um protocolo sem respaldo científico e sem o assentimento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, a exemplo do uso da cloroquina e hidroxicloroquina (CORRÊA; VILARINHO; BARROSO, 2020); 3 — disseminação de inverdades nos veículos midiáticos; e, 4 — a rotatividade de ministros, no cenário da pandemia, além da ruptura com os estados e os vetos para atender a interesses privados, podemos denunciar que o bolsonarismo de Bolsonaro e seus ultrajes, colocou-nos na cena de uma catástrofe desproporcional, com influxos adversos.

Sendo assim, os corolários da pandemia nos obrigam a repensarmos e reordenarmos a própria experiência humana, em todos os seguimentos. Se por um lado, há um peso, em razão dessa barbárie, de repercussões ainda cotidianas; por outro, existem dois encadeamentos, e devemos, ainda com os antagonismos, ambivalências e discrepâncias desse contexto político, coligirmos forças e realinharmos os pressupostos e diretrizes da Reforma Sanitária; e, repensarmos algumas estratégias de contorno, bem mais elaboradas, à efetiva suplantação, do bolsonarismo, de Bolsonaro e sua nocividade à saúde e ao Estado brasileiro.

CONCLUSÃO

Sem dúvidas, o bolsonarismo, como movimento político-ideológico, notoriamente tensionado pelo (des)governo de Bolsonaro, tem burlado princípios fundamentais da condição humana, dos quais podemos destacar o próprio direito à vida. A pandemia da Covid-19 trouxe à tona circunstâncias de cunho

epidemiológico e outros de seus acirramentos análogos com outros campos. A agenda de intervenções — se é que se pode denominar como tal — de Bolsonaro, no combate à pandemia, mostrou-nos, a grosso modo, o sentido estrito da hegemonia ultraliberal, quer seja pela morosidade na adesão às terapias imunizantes, através das vacinas, ou pela propagação de protocolos, divergentes com os padrões estabelecidos por entidades científicas de renome, para atender a interesses específicos e particulares, sem considerar os interesses coletivos — pressuposto basilar de qualquer governo de Estado.

Afirmar que é guerra cultural bolsonarista, aqui exposta, produziu danos, nas mais variadas esferas, é ínfimo. Noticiar que essa guerra cultural, acompanhada dessa retórica do ódio, amplamente evocada, mergulhou o país nessa catástrofe sanitária e política, é, sim, uma narrativa contundente. As mazelas da pandemia tomaram proporções conjunturais, decorrentes da alta de taxa de mortalidade e das implicações socioeconômicas, das quais podemos destacar os altos índices de desemprego, que robusteceram as teias da desigualdade social, condição já comumente, no cenário brasileiro.

Dessa maneira, as trincheiras estão postas, mas o chamamento é que avancemos do caos à ordem. E, que assim, reafirmemos os ideais da Reforma Sanitária, no intento estrutural de uma reforma social, que repercuta na totalidade do Estado e nas suas ramificadas políticas públicas e sociais; que forcemos as arenas de construção democrática e colegiada da política de saúde, com vista à efetivação do SUS e seus princípios — universalidade, integralidade, equidade e controle social. Que, a partir da definição de uma agenda democrática, que assegure as disposições constitucionais da saúde, como efetiva política de Seguridade Social, consigamos superar os desníveis do

bolsonarismo, sua necropolítica, suas obscuridades e tenuidades aplicadas ao campo.

REFERÊNCIAS

BOSCHIERO, M. N. et al. Um ano da doença coronavírus 2019 (Covid-19) no Brasil: um panorama político e social. *Annals of Global Health*, v. 87, n. 1, p. 1-44, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei Nº 8080. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1900.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Doenças não Transmissíveis. Guia de vigilância epidemiológica Emergência de saúde pública de Importância nacional pela Doença pelo coronavírus 2019 — covid-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRITO, S.B.P. et al. Pandemia da Covid-19: o maior desafio do século XXI. *Vigilância Sanitária em debate*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 54-63, 2020.

CARNUT, L.; MENDES, A.; GUERRA, L. Coronavirus, Capitalismo em Crise e Perversidade da Saúde Pública no Brasil de Bolsonaro. *Jornal Internacional de Serviços de Saúde*, 2020.

CORRÊA, M.C.D.V.; VILARINHO, L.; BARROSO, W.B.G. Controvérsias em torno do uso experimental da cloroquina / hidroxicloroquina contra a Covid-19: “no magic bullet”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-21, 2020.

FLEURY, S.; OUVERNEY, A.M. Política de Saúde: uma política social. *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

MATUS, C. *Adeus Senhor Presidente: governantes governados*. Editora: FUNDAP, São Paulo, 1997.

MINAYO, M. C. E S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (Org.: Maria Cecília de Souza Minayo, Suely Ferreira Deslandes e Romeu Gomes). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Pandemia de doença por coronavírus (Covid-19). 2020.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. *Folha informativa sobre Covid-19*. 2020.

ORTEGA, F.; ORSINI, M. Governando Covid-19 sem governo no Brasil: Ignorância, autoritarismo neoliberal e o colapso da liderança da saúde pública. *Saúde Pública Global*, v. 15, n. 9, p. 1257-1277, 2020.

PAIM, J.S.; ALMEIDA-FILHO, N. Reforma Sanitária em Perspectiva e o SUS. *Saúde Coletiva: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora MedBook, 2014.

PY, F. *Pandemia cristofascista*. São Paulo: Recriar, 2020.

ROCHA, J.C.C. Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político. Caminhos: Goiânia, 2021.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, R.T. O neoliberalismo como linguagem da política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-9, 2020.